

Rachando o bolo

O que há de mais importante nessa discussão do orçamento de 1989 e nessa briga toda, não é quem tem razão — embora isso também tenha sua importância. O mais importante mesmo, porém, é a própria discussão. Tenho quase trinta anos de jornalismo econômico e nunca tinha visto discussão de orçamento, briga de fato por causa de orçamento.

Estamos melhorando, portanto. Antigamente, ou melhor, até o ano passado, orçamento governamental era puro formalismo: o Executivo mandava para o Legislativo e este nem emendava — apenas aprovava. Aqui mesmo no Jornal da Tarde, como editorialista, todos os anos eu lavrava meu protesto contra essa desídia e esse amadorismo político-administrativo.

Bem ou mal desta vez estamos tendo discussão, debate, divulgação, preocupação política efetiva com o orçamento.

Muita gente está tomando partido na briga: empresários, políticos, economistas. Isso é saudável, necessário. Mas entre os empresários e economistas — especialmente — há uma tendência para tomar o partido do Executivo federal, sem muita meditação e partindo de uma premissa um tanto preconcei-

tuosa: de que os parlamentares e os governadores de Estado são todos e apenas demagogos que desejam estropiar o orçamento e conduzir o Brasil mais ainda para dentro do caos financeiro em que ele se encontra.

Certamente há diversos demagogos irresponsáveis entre os governadores e os parlamentares, mas isso não significa que os "federais" sejam notáveis exemplos de austeridade e responsabilidade pública. Devemos, aliás, observar que o Brasil se encontra no atual estado de desarranjo por obra e graça de sucessivos governos federais.

Os empresários que participam do pacto social a meu ver se precipitam em dizer que se afastam do pacto ou que ele está liquidado, caso a proposta orçamentária do Executivo seja alterada no Congresso por pressão dos governadores. O importante na questão não é que ela seja alterada ou mantida. O importante é que as quantidades globais e relativas de dispêndio, receita e necessidades de financiamento sejam preservadas e, mais que isso, sejam compatíveis com a capacidade atual da economia brasileira.

Existe, de fato, na proposta federal, um propósito mal disfarçado de reter para a União a maior capacidade de investimento possível e repassar para os Estados a maior parcela possível do aperto de cinto. É uma "atitude", por assim dizer, motivada de um lado por conveniência política, à qual se liga uma espécie de vezo imperial, e

de outro, pela velha teoria de que governadores e prefeitos "gastam mal".

A história recente demonstra que os governos federais não chegam a gastar melhor. Com uma desvantagem: gastam muito mais. Basta dizer que o governo de São Paulo, por exemplo, é "acusado" nessa briga de dever US\$ 5 bilhões e não pagar — dívida ridícula ante a da União e suas empresas, interna e externamente, e que só vem sendo paga graças aos meios inflacionários de que a União dispõe (emissão de moeda e títulos).

Mário Simonsen disse uma vez que resolveria os problemas financeiros do Brasil se fosse autorizado a emitir dólares. Os governadores de Estado poderiam agora dizer que também resolveriam seus problemas, se fossem autorizados a emitir cruzados. Pois bem, o governo federal dispõe dessa autorização.

O que temos, portanto, na prática, não é uma briga por divisão de dinheiro. É uma briga por divisão de poder político. E não me parece nada mau para o Brasil que o poder político, por décadas centralizado no governo federal, se dissemine um pouco mais pelos Estados e municípios. Alguém dirá que teremos certamente maior número de erros. E direi que serão menores e mais facilmente reparáveis. Se o Estado é um mal necessário, temos que tolerá-lo, mas também temos que limitá-lo. Dividindo-o, podemos controlá-lo mais comodamente.